

Diário do Minho

08-10-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Regional

Tiragem: 9000

Temática: Construção/Imobiliário

Dimensão: 1259

Imagem: S/Cor

Página (s): 3

CIP lança projeto “Regeneração Urbana – Um novo impulso” Braga premeia ideias para reabilitar eixo da Avenida Central ao Picoto

JOSÉ CARLOS LIMA

A Câmara de Braga vai patrocinar, com 20 mil euros, um “concurso internacional de ideias para projetos de reabilitação” do corredor compreendido pela Avenida Central, Avenida da Liberdade e toda a zona sul dos Galos, Picoto, Estádio 1.º de Maio e o Parque de Exposições, numa área de 56 hectares. A reabilitação urbana é, contudo, um objetivo de longo curso, que o edil Ricardo Rio reconhece «não poder ser concretizada num mandato, nem numa década», mas para a qual urge «dar um «novo impulso com intervenções sustentadas, que permitam não só renovar o edificado, mas conseguir a reocupação e reanimação comercial».

A iniciativa resulta de uma parceria com a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) para o projeto “Regeneração Urbana – Um novo impulso”, que pretende «desenhar pla-



Rio promete «novo impulso à regeneração», mas reconhece que «não é obra para um mandato»

nos de regeneração urbana sustentáveis», num momento em que o próximo quadro europeu não contempla fundos comunitários específicos para a reabilitação. «Esta é uma área ainda residual do setor da construção, que poderá constituir a alternativa de muitas empresas para garantirem o emprego e potenciarem o desenvolvimento do território e das cidades em par-

ticular», defendeu o presidente da CIP, António Saraiva.

O projeto da CIP vai ser desenvolvido também nas cidades de Vila Real, Leiria e Beja, contando em Braga com a participação da Universidade do Minho e da Associação Industrial do Minho. Prevê o desenvolvimento de três iniciativas, de que se destaca o “concurso de ideias internacional” para a requalifi-

cação daquela área – até março de 2015 – destinada a especialistas/arquitetos. Os critérios de seleção serão «a originalidade, potencial de desenvolvimento, viabilidade e qualidade global da intervenção», tendo como aliciante prémios de 12.500 para o primeiro classificado, 5.000 euros para o segundo e 2.500 para o terceiro.

Será igualmente realizado um “concurso de planos de

negócio”, até 10 de março, destinado aos alunos de Arquitetura da Universidade do Minho, em que os primeiros classificados terão direito «a estágio remunerado» na autarquia. O objetivo é «a definição de uma modalidade viável e sustentável de intervenção, que seja inovadora e corresponda a uma necessidade do mercado», explicou o consultor da CIP, Luís Ferreira. A terceira ação, até dezembro, será uma “auscultação à população”, para recolher contributos e sugestões de intervenção para este eixo central da cidade.

Na apresentação da iniciativa, o presidente da CIP realçou que «a reabilitação urbana representa apenas seis por cento do investimento em construção», um valor que está «muito abaixo» da média europeia, pelo que esta

área «tem que ser transformada num desígnio nacional, pois tem grande capacidade de criar valor e emprego, já que contribui para a melhoria da qualidade de vida, a dinamização comercial e o surgimento de novos negócios».

Trabalho não falta, pois estima-se que existam «1,5 milhões de edifícios a precisar de reabilitação e em risco, cuja renovação exigiria um investimento de 38 mil milhões de euros», referiu António Saraiva, esperando que este projeto da CIP seja um contributo para «lançar um movimento mobilizador pela regeneração urbana, que junte as empresas, as autarquias e as universidades, com vista a estruturar novos modelos de negócio».

A reabilitação urbana representa ainda «apenas seis por cento do investimento global no setor da construção»

estruturar novos modelos de negócio».

Apesar da escassez de crédito à construção, António Saraiva considera que «os bons projetos têm financiamento», mostrando-se confiante de que do programa “Regeneração Urbana – Um novo impulso” surjam «bons projetos que consigam captar financiamento e despertar o interesse dos investidores».

“Fundo Imobiliário” sem privados interessados

O presidente da Câmara de Braga afirmou, ontem, que o prometido “fundo imobiliário para a reabilitação urbana” só «ainda não foi constituído, porque está dependente da vontade de investidores privados em entrarem e avancarem o capital necessário».

«O fundo não foi criado porque não estão reunidos todos os “ingredientes” necessários. Não temos pressa em avançar se não for para ter eficácia concreta na reabilitação urbana», afirmou Ricardo Rio, à margem da apresentação do projeto “Regeneração Urbana – um novo impulso”, promovido pela CIP.

«Só faria sentido constituir o fundo se houvesse investidores com interesse em participar e que tenham capacidade para garantirem um capital mínimo

de investimento que garanta alguma capacidade de intervenção», disse o edil bracarense, frisando que este é um objetivo que tem que ser concretizado «de uma forma sustentada».

O autarca garante que o Município «está a trabalhar há largos meses, tendo mantido o diálogo com os promotores privados», mas também procurando «garantir os instrumentos de natureza financeira para projetos de reabilitação». «Temos mantido um diálogo contínuo com instituições financeiras, com instituições comunitárias, com o programa “Jessica” e com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que se tem mostrado também disponível a apoiar, além de termos avaliado as várias modalidades a nível nacional,

para encontrar uma solução que seja ágil e capaz de produzir resultados», explicou.

No entanto, Ricardo Rio adianta que «já se começa a sentir o interesse de alguns privados em participarem na reabilitação de alguns dos edifícios mais emblemáticos, que todos gostariam de ver reabilitados, como são a Fábrica Confiança, o edifício do Castelo, a Camionagem, o S. Geraldo ou o complexo do Hospital de São Marcos». «Este é um trabalho que está a ser feito quer pela Bragahabit, quer pela InvestBraga e pela própria Câmara e que, a curto prazo, irá começar a produzir os primeiros resultados visíveis neste domínio, com projetos a desenvolver pelo Município ou por privados», concluiu.